



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 1/2009 -----

-----Aos seis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 5 de Janeiro de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **368.282,92 € (Trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois euros e noventa e dois cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Esteve presente a D. Isilda Maria Mendes Cordeiro, ex-funcionária desta Câmara Municipal que iniciou a sua intervenção procedendo à leitura de uma exposição que trazia, e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

----- “Hoje vamos falar de regras, substituindo assim a conotação de Leis por regras. Assim temos: -----

----- As regras que o Sr. Presidente inventa, as que cumpre e as que não cumpre. Reportando-me á anterior reunião em que o Sr. Presidente referiu que a admoestação que pretendeu dar-me não me atingiu minimamente. Pois não me atinge quem quer, mas quem pode, no plano moral, claro! Apenas serviu de sumário para a reunião de hoje. Pois é Sr. Presidente o meu comentário era verídico e oportuno, na medida em que, o que me tem trazido a estas reuniões é exactamente o facto da inobservância, por parte do Sr. Presidente em muitas e muitas regras. Na verdade, a nossa ordem jurídica social comporta um vasto conjunto de Normas, Leis, Regras, etc. Sendo o Sr. Presidente o gerente dos destinos deste concelho deveria ser o exemplo primeiro do cumprimento das mesmas. Porém, a verdade é que nós temos no Sr. Presidente o exemplo vivo de graves e permanentes violações às regras, lugares e não só. Assim temos: -----

----- Regra nº 1 na actuação do Sr. Presidente – quando incomodado ou afrontado por alguém dispara em todas as direcções inventando desculpas esfarrapadas e arranjando sempre um bode expiatório para os seus actos incorrectos. Na reunião anterior levou por tabela a jornalista do Correio da Beira Serra, vou focar algumas frases retiradas do jornal que ilustram o referido, e fazer-lhe um aviso. *“O autarca que considerou um incómodo o acto da jornalista se levantar deixando claro que há regras que deve ser cumpridas. No início da reunião informou-a, deixando bem claro*



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

que há regras que devem ser cumpridas e adiantando que o Presidente da Câmara pode mandar sair da sala pessoas que estejam a importunar o decorrer da reunião. O Presidente realçou que se estava a referir a pessoas do público, dando o exemplo concreto de Isilda Cordeiro". Então, o que é que em mim o importuna? A minha presença, ou as verdades que eu arrotei e que o Senhor não tem como desmentir. Fica com o Sr. Presidente este aviso. Não volte a usar o meu nome, negativa e insultuosamente, quando eu não estiver presente para me defender. E sobre tudo não continuem a usar-me como bode expiatório para as suas atitudes de pouco nível. -----

----- O que é que afinal o Sr. Presidente cumpre, e o que é que não cumpre? Eu digo-lhe porque conheço a resposta. Não cumpre muitas vezes as legais, as de boa fé, as de educação, as de correcção, etc. Agora, as que o Senhor cumpre e que conhece muito bem. A da mentira, a da falta de respeito, a do compadrio, a da perseguição, etc. Agora, vamos desmistificar, exemplificar ou provar: -----

----- Começamos pela da mentira. Na verdade o Sr. Presidente mente com uma facilidade tremenda. Ultimamente tem mentido, não apenas para mim, mas também para a Câmara para o Sindicato, a todo o concelho e não só. Efectivamente, a sua ânsia de arranjar desculpas para o indesculpável, levam-no a fabricar desculpas que mais não são que mentiras em quem é que o Senhor acreditaria? Mentiu quando usou o nome da Caixa Geral de Aposentações para não me pagar o vencimento a que eu tinha direito. Tinha e tenho. Mentiu quando usou o nome da IGAT, alegando que as ilegalidades invocadas por mim haviam sido por esta sido inspeccionadas. Mentiu quando há uns anos atrás me propôs acumular horas de umas semanas para as outras, no âmbito do Estatuto Trabalhador Estudante, e quando eu as quis gozar desmentiu e deu o dito por não dito. Mente sempre que abre concursos e fala de transparência porque, salvo raras excepções, mas muito raras, todos têm dono à partida, pelo menos é o que se diz. Tenho em casa muitas outras mentiras mas como o tempo é escasso e tenho que cumprir regras, vou só colocar mais uma que me espantou e me deu vontade, não sei se de rir, se de chorar. Recebi assinada pelo Sr. Presidente uma carta, pouco antes do Natal, convidando-me para estar presente no almoço de Natal, pois que, Natal é tempo de família, de amizade e de reencontro. Quantas mentiras numa carta só. Então, o Senhor pagava-me para eu cá não pôr os pés. Família, então o Senhor instaurou-me um processo disciplinar por eu assistir a um filho doente. Amizade, então o Senhor passa por mim e nem bom-dia me diz, e o reencontro então tem muita piada. O seu espírito de Natal, a meu ver, é outra mentira se atendermos a que, há quatro anos na véspera de Natal o Senhor foi à Secretaria e uma colega minha desejou-lhe Bom Natal e o Senhor respondeu que "todos os dias são Natal para trabalhar". Mentiras no Natal não Sr. Presidente, guarde-as para o Carnaval. Na verdade com a pensão de 220,00 € mensais que o Senhor me arranjou, não deveria convidar-me apenas para almoçar, mas sim para jantar e almoçar todos os dias. E o pior Sr. Presidente, é que alguns dos seus colaboradores também já mentem e não é pouco, senão vejamos: -----

----- Quando este Director de Departamento para cá veio, logo no início, disse-me que eu deveria estar a receber abono para falhas, assim como o pessoal das Piscinas, das Escolas, etc. Passado algum tempo, quando eu o invoco faz uma informação com uma série de "larachas" desmentindo o que havia dito. Também me disse que não tinha que requerer o Estatuto Trabalhador Estudante, apenas o participar. Passado pouco tempo, informa de que tenho que o requerer. Também me foi injustificada uma falta no dia em que fiz Plenários pelo STAL, com base numa informação do mesmo que refere pelo Sr. Presidente que eu não havia justificado, nem informado da minha ausência, quando eu o informei na véspera, e o convidei para um Plenário, e no próprio dia voltei a falar com ele sobre o mesmo assunto. Muitas outras histórias e mentiras ficam para a próxima. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- Passemos agora á outra colaboradora, a responsável pela Secção de Pessoal e aí verificamos um chorrilho de situações que não entendo bem se são mentiras deliberadas, se negligência, falta de informação ou conhecimento. Enfim, mas que aborrecem, aborrecem. Ela, comigo ao serviço na Câmara Municipal de Sines, processa-me o vencimento por aqui. Entretanto, é contactada a Caixa Geral de Depósitos para anular a entrada do meu vencimento, bloqueiam-me a conta e não recebo, nesse mês, vencimento de Câmara nenhuma. Enviam sucessivos pedidos para a Delegada de Saúde de Sines para verificação domiciliária da doença, e tão depressa me colocam na carreira administrativa como na carreira auxiliar. O meu médico era o Dr. Fernando Morais. No entanto, foram mandados confirmar atestados do Dr. Vaz Correia que nunca foi meu médico. Erro, mentira, fosse o que fosse, gerou uma confusão enorme. Também, muitos mais erros ou mentiras há para invocar, mas ficam para a próxima. Só mais uma.” -----

-----Neste momento, o Sr. Presidente avisou a D. Isilda de que já havia ultrapassado o seu tempo de intervenção.-----

-----A D. Isilda não acatou e prosseguiu referindo o seguinte: -----

-----“No dia quatro de Novembro, recusou-se a atender-me dizendo que não estava ao serviço e que só entraria ao serviço depois das catorze horas. Mentiu, porque eu mesma a vi fazer o registo biométrico às treze horas e trinta e nove, enfim, muito se mente nesta casa.-----

-----Agora, a regra do compadrio. A maior incidência verifica-se nos concursos da admissão de pessoal, e há tantos, vejamos este exemplo: Há poucos anos, abriu-se um Concurso...” -----

-----O Sr. Presidente voltou a lembrar a D. Isilda que já havia excedido o seu tempo. -----

-----A D. Isilda mais uma vez não acatou e prosseguiu referindo: “...abriu-se um Concurso para Auxiliar Administrativo, de imediato se ouviu dizer à boca cheia de que o Concurso era para a Senhora fulana tal, mulher do Senhor fulano tal, que tinha alguma ligação à Junta de Freguesia de X do PSD, apareceram candidatos a quem era dito “*não concorras a esse, concorre antes ao de Auxiliar de Serviços Gerais que são seis lugares, e este já tem dono*”. Feitas as provas, a Senhora fulana tal ficou em primeiro lugar, e no dia da tomada de posse, o Sr. Presidente disse-lhe, na presença das outras seis admitidas ao outro concurso, que só estaria um ano em Auxiliar Administrativo e quando fizesse um ano seria reclassificada em Assistente Administrativa. Efectivamente, foi o que aconteceu. Enquanto que as outras seis funcionárias do outro concurso continuam, até hoje, em Auxiliar dos Serviços Gerais. E, para hoje, só mais um Concurso com muita piada. Há poucos meses foi aberto Concurso para um Contrato...” -----

-----O Sr. Presidente alertou mais uma vez a D. Isilda de que o seu tempo de intervenção já havia sido ultrapassado. Dado que esta mais uma vez não acatou às suas ordens, mandou desligar o sistema de apoio à gravação da reunião, dando assim como terminado o período de “Intervenção do Público”, que, nos termos do Regimento da Câmara Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 10 de Novembro de 2005, tem uma duração de sessenta minutos “*sendo distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder cinco minutos por cidadão.*” -----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO-----

2.1.1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho reportou-se ao período de Intervenção do Público referindo que “Sr. Presidente, antes de mais, e depois das habituais intervenções da D. Isilda Cordeiro neste fórum, vou voltar a fazer um apelo. De facto, este tipo de abordagens, a mim



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

pessoalmente, cria algum constrangimento. Vejo uma ex-funcionária desta casa extremamente fragilizada, sinto o incómodo de quem gere esta Câmara e dos membros deste órgão, e portanto, julgo que esta não é a via adequada para serem tratadas questões que realmente preocupam a D. Isilda e que, naturalmente, também acabam por “manchar” de alguma forma, ou se calhar de forma muito evidente, a forma como esta Câmara trata assuntos de pessoal dentro desta casa. E portanto, o meu conselho é neste sentido. Se há algo que ainda não está feito e que possa ser feito a fim de permitir dialogar aquilo que ainda é possível dialogar, que se faça num momento que não este. A fim de serem esgotadas todas as questões que possam ser colocadas pela D. Isilda, a fim de evitar este constrangimento que, não encontro uma palavra mais adequada, mas é isto que eu sinto e que julgo que, expõe esta Câmara e a própria D. Isilda de uma forma que, julgo seria de evitar, e portanto, algum resguardo, penso que seria útil, oportuno. E portanto, o meu apelo é nesse sentido, se é que a via judicial já não esgotou todos esses passos. Mas, se não, deixo esse apelo”. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida também referiu que “já é normal nas últimas reuniões ordinárias públicas de executivo estar presente a Sra. D. Isilda Cordeiro, apresentando razões, quer sobre a sua vida, quer sobre a actuação da Câmara. Eu julgo, que estas exposições causam um certo desconforto nestas reuniões. São muito desconfortáveis, porque a solução dos problemas que a Senhora apresenta não é neste fórum que existe, até porque há assuntos que são de natureza jurídica. Julgo que, dada a persistência da D. Isilda, o assunto deve ser resolvido em fórum próprio e não aqui em reunião de executivo”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu igualmente concordar com a leitura feita pela Vereadora Maria José Freixinho, salientando que “já o disse aqui, há acusações graves que se vão repetindo, quer ao Sr. Presidente da Câmara, quer ao funcionamento da Câmara. E, da parte do Sr. Presidente da Câmara, até agora não ouvimos qualquer explicação, e eu acho que era preferível esclarecer algumas das acusações feitas e que, se não fosse numa reunião pública, pelo menos que seja numa reunião à porta fechada. Contudo, eu alerto que é o funcionamento e a imagem da Câmara Municipal que é posta em causa. É o seu bom-nome e a sua imagem, portanto haveria todo o interesse, e eu gostaria, sinceramente, que esta situação fosse ultrapassada e que alguns esclarecimentos nos fossem dados, daquilo que for possível, sobre algumas das acusações que são feitas há várias reuniões públicas sucessivamente.” -----

-----O Sr. Presidente explicitou que “há formas legais para tratar determinadas situações”, sublinhando que “aquilo que tenho vindo a obviar, é de tratar este problema como ele deve ser tratado, ou seja, legalmente e no local próprio. Tenho procurado evitar isso, com uma grande dose de bom senso e de condescendência, até excessiva, porque no que diz respeito à pessoa em causa, só da última vez apresentou sete requerimentos, aos quais foi dada resposta nos termos legais”. Esclareceu ainda que “tal como eu disse desde a primeira reunião em que estiveram presentes elementos representantes do Sindicato, o assunto com esta Senhora é tratado de forma legal com recurso a requerimentos e respostas formais”, pelo que entende estar tudo dito relativamente a este assunto. Concluiu referindo que “quem consultar a imprensa e recuar um pouco no tempo pode saber de algumas situações que foram desenvolvidas noutras autarquias pela mesma pessoa, e portanto, sobre este assunto não vou acrescentar mais nada”. -----

-----**2.1.2 – JUNTA DE FREGUESIA DE PENALVA DE ALVA**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho apelou ao Sr. Presidente da Câmara, na qualidade de ascendente político e autarca máximo deste concelho para que, “no que diz respeito ao problema que vem preenchendo o quotidiano de Penalva de Alva, exercesse também a sua diplomacia no sentido de resolver um problema que se vem arrastando e que também não dignifica a Junta de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Freguesia e muito menos o seu Presidente. A avaliar por aquilo que é conhecido, se a teimosia que é noticiada do Sr. Presidente, em não querer ceder chaves do edifício aos membros do executivo, o que me causa profunda estranheza a falta de confiança que denota esse tipo de comportamento, um comportamento singular. Na altura, quando me pude aperceber dessa situação lembrei-me de que os membros que compõem este órgão na oposição reivindicaram um gabinete, no início do mandato, e nunca nos foi cedido. Mas, enfim, não somos membros do executivo em permanência, penso que esta situação ainda é mais gravosa no sentido de que, um Presidente desconfia, ou pelo menos terá que se assumir essa interpretação da sua postura. Não confia no seu Secretário, na sua Tesoureira, e portanto, não cede as chaves de um espaço que não lhe pertence, para que possam exercer um mandato para o qual foram mandatados. Portanto, não sendo uma questão que por lei esteja adstrita nas competências do Sr. Presidente da Câmara, mas julgo que, com a ascendência política e autárquica que referi, será a pessoa melhor colocada para resolver essa contenda, e criar condições a autarcas eleitos democraticamente para que exerçam as suas funções com as condições que têm ao seu alcance, e às quais têm pleno direito”. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que “eu já o afirmei aqui, na última reunião, que entendo que a Câmara deve intervir naquele conflito, tentando dirimir aquilo que for possível, e garantir que se estão a cumprir todas as regras. Acho que é uma missão que também pode caber a esta Câmara Municipal, para além de outras questões, e por aquilo que tenho conhecimento do caso que possam vir a ser dirimidas em sede de Tribunal Administrativo”. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que na última reunião já havia dito o que tinha para dizer sobre o assunto, sublinhando que “o Sr. Presidente da Junta foi eleito democraticamente para gerir a Junta de Freguesia de Penalva de Alva. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva afere, com certeza das razões que o levam a ter um determinado posicionamento. Grave, grave, é, na minha opinião, haver uma pessoa de uma Junta de Freguesia que se recusa a assinar cheques para pagar a fornecedores. Isso é que é grave. Porque configura uma situação de abuso de poder. Isso é que é grave porque está a por em causa o bom-nome da Junta de Freguesia, eventuais fornecedores, e eventuais empresários e/ou empresas que têm todo o direito de receber pelos serviços prestados, ou pelas mercadorias fornecidas. Essa situação é que me preocupa enquanto autarca”. -----

-----**2.1.3 – ENCERRAMENTO DA EMPRESA JAMMO**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho lamentou o encerramento de mais uma unidade industrial do concelho, a empresa JAMMO, sublinhando que “o encerramento ocorreu num período que com certeza marcou muito os seus trabalhadores, na maior parte mulheres, e que lamentavelmente estão sem salário desde o Verão e perderam toda a esperança de recuperarem esses salários trabalhando, uma vez que a gerência da empresa acabou por tomar a decisão de encerrar a respectiva unidade”. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o que é que, à semelhança do que aconteceu em situações anteriores, nomeadamente aquando do encerramento da empresa INFINITUM, em que os trabalhadores provocaram alguma reacção da Câmara Municipal, tem sido feito a esse nível com os ex-trabalhadores da JAMMO, ou o que é que ainda estará por fazer que seja susceptível e esteja ao alcance de todos para que se possa concretizar. Disse ainda que é um sinal de que a crise que já se encontrava instalada na indústria têxtil está para durar, lembrando que os momentos, quer ao nível Nacional, quer ao nível Internacional, não são os melhores, dado que se vive uma depressão, uma crise, entendendo assim que é necessário estar atento e auscultar todos os sinais para que se possa actuar preventivamente e amparar os empresários do concelho, sempre com a preocupação de que o conjunto de trabalhadores que está



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

na dependência dessas empresas são os oliveirenses e respectivas famílias. Lembrou igualmente que são situações dramáticas que gostaríamos de ver bem longe, ou então, se possível, que não existissem. Para concluir recomendou que “independentemente do que já estiver feito, se faça tudo o que estiver ao nosso alcance para poder minorar os efeitos nefastos desta situação”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu igualmente que “é com lamento e tristeza que assisto àquilo que se tem vindo a passar na indústria têxtil e de confecções do concelho, designadamente o anunciado encerramento da empresa de confecções JAMMO e das quase seis dezenas de funcionários que vão para o desemprego. Eu nas últimas semanas tenho, na medida das minhas competências, e na minha qualidade de vereador, tenho vindo a acompanhar o problema recorrendo, obviamente, a informações junto do Gabinete do Sr. Governador Civil, do Centro Distrital de Segurança Social e do Centro de Emprego de Arganil. Aliás, esta situação, é uma situação que, para além de outras, já vem sendo acompanhada pelo Governo Civil e pelo Centro Distrital de Segurança Social, há alguns meses. Tentei inteirar-me das soluções para o problema, ou daquelas que podem ser accionadas. Neste momento, a solução passa por accionar o Subsídio de Desemprego. Creio que há condições, se forem cumpridos todos os requisitos, para o processo ficar despachado até ao final deste mês. Há condições para haver formação profissional, para haver reconversão profissional e haverá até possibilidades de que o mercado de trabalho absorva algumas das funcionárias com a especialidade de costureira uma vez que há muitas vezes procuras sazonais de trabalho nesta função. De alguma forma, aquilo que se passa hoje, lamentavelmente, já o vivemos no concelho em 2005 e em 2006, e relembro a intervenção que fiz aqui, em reunião de 6 de Dezembro de 2005, quando analisava a situação das empresas do concelho e, já na altura, eu apelava à Câmara, ainda que colocasse a nota de que a Câmara não tem que manter artificialmente as empresas em más condições financeiras. Mas, existindo no Município o SALE – Serviço de Apoio Local ao Empresário, estando essa estrutura ao serviço de proximidade ao tecido empresarial do concelho, era importante, e na altura foi proposto, era que, através do SALE a Câmara Municipal conhecesse a situação exacta do tecido produtivo do concelho e a sua saúde. E, na altura aquilo que era proposto era que se definisse e aprovasse um Plano de Contingência para lidar com situações de emergência na área do Sector Têxtil e da Confecção. E o propósito, como na altura citei não era criar alarmismo, era simplesmente antever problemas e estabelecer, antecipadamente, algumas soluções. Na altura, aponte algumas soluções e, creio que, ainda hoje, passa por aqui parte da intervenção daquilo que poderá ser feito pelo Município, nomeadamente aquilo que pode ser feito no âmbito da Rede Social do Município, no domínio da Solidariedade e Acção Social, acompanhando algumas famílias que poderão entrar em situações de roptura. Mas também nesse Plano de Contingência de Emergência era importante definir prioridades ao nível da Requalificação e Formação Profissional, envolvendo activamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional a EPTOLIVA, a própria ESTGOH, e bem assim avançar com iniciativas no âmbito da Economia Social, e nisso o Instituto Cooperativo António Sérgio (INSCOOP) teria algum papel. Foram dadas algumas recomendações relativamente à criação dos Pólos Industriais, à incubadora de empresas, à criação de um Concurso Municipal de Ideias de Negócio, à criação de um Fundo de Investimento, mas essencialmente, aquilo que era pedido, era que houvesse, naturalmente, um acompanhamento permanente do Sector Têxtil e da Confecção, antevendo problemas e apontando eventuais soluções perante situações de roptura. Acho que hoje, no meu entender, se reforça a necessidade da criação deste plano de Contingência, tanto mais que é apontado de que poderá haver outras empresas em situação de dificuldade, e porque não criar um Observatório, uma solução que não é pesada em termos de custos financeiros, para monitorizar o Sector Têxtil e Confecção do concelho mas também da região, onde tivessem assento, naturalmente, a Câmara Municipal, o Centro de Emprego e Formação Profissional, com sede em Arganil, o Centro Distrital de Segurança Social,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

naturalmente os Sindicatos, entidades formadoras, Centros de Formação, Escolas Profissionais, Associações Empresariais, por exemplo o NDEIB e a ACIC, as próprias Associações de Desenvolvimento com trabalho no concelho e na região, e ainda o Governo Civil, a Direcção Regional do Ministério da Economia e do IAPMEI. Um Observatório, precisamente para acompanhar e avaliar a evolução do sector e antever, como disse, situações de roptura e encontrar soluções exequíveis. E também, aproveitar o momento, dado este problema que atravessa e aflige o concelho, estas medidas que fossem tidas em conta na elaboração das prioridades de actuação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho, deixava também esta proposta/ recomendação”. ---

-----O Sr. Presidente referiu que “o Sr. Vereador José Francisco Rolo em tudo o que afirmou fez a defesa do Governo. Procurou todas as conjunturas possíveis e imaginárias para defender o Governo neste contexto do encerramento da indústria”. Entende no entanto que “se o Sr. Governador Civil andava a tratar do assunto, deveria no mínimo ter dado conhecimento ao Sr. Presidente da Câmara. Mas não, deu conhecimento ao Senhor Vereador, que é do seu partido. Mas o Presidente da Câmara é depois chamado à coacção quando as coisas correm mal”.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “isso são leituras suas”, afirmando que se informou do que se estava a passar, fazendo um périplo por vários serviços, enquanto que o Sr. Presidente da Câmara nada fez. Sublinhou ainda que “aí é que está a diferença, eu fui à procura de informação. E o Senhor fez o quê?”.-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que “embora estivesse ausente na altura, o Sr. Vice-Presidente tinha indicações nesse sentido e falou com o empresário para aferir o contexto de toda a situação, tendo inclusive feito algumas propostas no sentido de dar informação às funcionárias sobre esta matéria, e face aos dados recolhidos dialogou de imediato com o Director do Centro de Emprego de Arganil, sendo que o que está definido, é que hoje vai haver uma reunião com as funcionárias dessa empresa na Casa da Cultura, com a presença do Sr. Director do Centro de Emprego a fim de procederem ao preenchimento da documentação necessária para que, ainda este mês, lhes seja processado o subsídio de desemprego. Portanto, é isto que se está a fazer, independentemente das outras medidas que terão de ser desenvolvidas pelo Centro de Emprego. É evidente que temos sempre que lamentar o encerramento de qualquer indústria. São situações muito complicadas e espero sinceramente que outras não tenhamos de enfrentar aqui no concelho”.-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho aproveitou para enaltecer o papel que tiveram os trabalhadores, pelo facto de estarem já há cerca de cinco meses com salários em atraso, salientando que “poderiam ter-se socorrido de um mecanismo legal para o reivindicarem, e não o fizeram. Os funcionários souberam estar na hora própria do lado da gerência a apoiar a empresa, e acreditaram até ao fim de que era viável manter-se nos seus postos de trabalho, quando podiam comodamente ter-se socorrido do tal mecanismo legal, rescindindo assim os seus contratos com justa causa e ficando a beneficiar mais cedo, e só Deus sabe com que dificuldade é que passaram estes meses, os dias que foram sem um salário, e realmente é este tipo de atitudes que nos deve deixar orgulhosos, porque num momento de dificuldade é que se vê o carisma das pessoas. E os trabalhadores souberam ocupar os seus lugares até ao fim e pugnarem pela manutenção daquele que era o seu ganha-pão. E portanto, acho que isto é importante pelo que gostaria de deixar aqui esta minha homenagem”.-----

-----O Sr. Presidente lembrou que “muitas vezes é preciso saber estar, mas estar a produzir, não estar só por estar”. Mais referiu que, pelo que lhe foi transmitido, quer da parte dos trabalhadores, quer da parte da gerência, tudo foi feito no sentido de evitar esta situação.-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu tratar-se de uma situação preocupante pelo que entende que tudo o que se fizer será bem-vindo para tentar minimizar o mais possível o drama das pessoas que ficaram sem o seu trabalho.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo propôs que “uma vez que a Câmara Municipal vai sentir-se obrigada a acompanhar o evoluir desta situação, tente juntar à mesa os parceiros que referi, para criarem uma estrutura de acompanhamento, em Oliveira do Hospital ou até mesmo na região”.

-----O Sr. Presidente questionou “por que não o Centro de Emprego?”, entidade que, na sua opinião, face à estrutura que é e que representa, deveria ter esse tipo de preocupação, ou seja, de reunir com os parceiros e com os empresários a fim de se inteirar de todos os seus problemas. Referiu ainda entender que a Câmara Municipal não se pode substituir aos organismos a quem compete tratar desses assuntos, mostrando-se disponível para colaborar num processo dessa natureza. Para concluir afirmou que deve ser um organismo desconcentrado da Administração Central ou do Governo a assumir essa postura/iniciativa, ou seja, a criação de um Observatório. ----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que “no concelho de Oliveira do Hospital a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deve assumir a criação desse Observatório, mas também participar num Observatório para a região”. -----

-----2.1.4 – DESTACAMENTO DA GNR – GUARDA NACIONAL REPUBLICANA PARA O CONCELHO DE ARGANIL-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se a uma notícia veiculada pela comunicação social que dá conta que Arganil conquistou um destacamento territorial da Guarda Nacional Republicana, que fará a gestão ou coordenação da segurança, implementada através da GNR, em Municípios como Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Tábua. Destacou ainda que, para além da conquista que faz Arganil, e que é uma que se vem somando a outras, tais como a Unidade Básica de Saúde, o Centro de Emprego, cuja dependência também funciona em Oliveira do Hospital, e algum dinamismo que se vem manifestando e percebendo ao longo do actual mandato naquele concelho, e segundo as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, é que “*esta nova estrutura resultou de um trabalho que a autarquia vem desenvolvendo junto do MAI – Ministério da Administração Interna, desde há cerca de um ano, e com as estruturas da GNR*”. Afirmou que “de facto há determinadas conquistas que só se conseguem com um trabalho árduo, profícuo, incansável, mas que traz resultados, desconhecendo se, do ponto de vista será uma questão de menor importância, mas entende que fazer a gestão de cinco concelhos em termos de segurança, é de facto um elemento relevante. Disse igualmente que o facto de ter que haver reuniões junto da Administração Central é sempre um meio importante e insubstituível para se alcançarem algumas medidas de investimento. Para concluir referiu que, para se alcançarem determinadas medidas é necessário sair do concelho e dirigirmo-nos a quem pode, e a quem deve, para se ir conquistando algum investimento que “as nossas gentes” merecem, porque fazem um esforço profundo para permanecerem num concelho não litoralizado, com várias carências e “deprimido” por falta de investimento da Administração Central, lembrando que “se não aparecermos não seremos lembrados”. Concluiu salientando que “a recomendação que eu deixo é no sentido de que, não nos cansemos nunca de dar esses passos, de avançar, de reclamar, de aborrecermos, ainda que corramos esse risco, mas não podemos deixar que se esqueçam de nós, das nossas expectativas, dos nossos direitos. Se nós não lembrarmos à Administração Central, certamente que também ela se esquecerá de nós, porque “a manta é sempre curta” e quando “se tapa de um lado, destapa-se do outro”, e portanto, queremos ser nós os primeiros a chamar a atenção para aquilo que nos diz respeito e que, à semelhança do que vai acontecer noutros concelhos que alcançam, nós também teremos condições para alcançar investimento e ganharmos um protagonismo que nos é merecido e que, enfim, nos vai faltando, lamentavelmente”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu subscrever na íntegra a posição da Sra. Vereadora Maria José Freixinho. -----

-----O Sr. Presidente referiu que, como é do conhecimento de todos, as estruturas militares não funcionam por influência de ninguém, mas sim em termos do que estrategicamente é mais importante. Disse ainda que aquilo que mais o preocupa é haver ou não segurança dentro do concelho, salientando que “se tivermos uma estrutura de proximidade que destaque para cá os agentes necessários para que exista segurança no concelho, eu estou tranquilo. E o mesmo digo no domínio da Saúde ou em qualquer outro domínio. A mim o que me interessa é que o Tribunal continue a funcionar em Oliveira do Hospital e que o Centro de Saúde continue a funcionar e a dar a resposta que sempre deu durante o período de 24 sobre 24 horas. Isso a mim é que me preocupa. Tudo o resto são questões relativas”. Quanto à questão de que “se não aparecermos não somos lembrados”, referiu entender que “se não cumprimos aquilo que assinamos, não somos dignos de exercer cargos”, ou seja, o Estado como “pessoa de bem” deve cumprir aquilo que assinou. Se não cumpre, as pessoas que estão a exercer cargos não são dignas de os exercer”, lembrando o caso de alguns projectos em que existiram efectivamente compromissos assumidos pelo Estado com o Município de Oliveira do Hospital, e quando questionados relativamente a estas matérias nem há resposta. Lembrou igualmente de que há muitos assuntos que podem ser resolvidos através de *e-mail*, ofícios, ou através de outras formas de contacto, sem que tenhamos que nos deslocar seja onde for para resolver determinadas questões, salientando que se “alguns” que no exercício do poder gostam de ser bajulados, isso é outra matéria. Uma matéria que, enquanto responsável político me deixa preocupado. A política é uma actividade muito nobre, mas deve ser exercida precisamente com nobreza e a nobreza não requer bajulação, requer é acção, e acção com justiça e equidade.” ----

-----O Sr. Vereador questionou “está a acusar o seu colega Presidente da Câmara de Arganil de aproveitamento político da situação? Em termos comparativos Arganil vai ficar com mais efectivos e portanto com maiores índices de patrulhamento, isso não preocupa a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital? Quanto à bajulação, isso é um mal que ataca muitos políticos da nossa praça.”

-----**2.1.5 – ANIMAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL - CAMPANHA DE NATAL/2008** -----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho questionou o Sr. Vereador Paulo Rocha sobre se já havia sido feito o balanço de como correu a animação do comércio local durante a campanha de Natal/ 2008. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha referiu que, do que pode perceber e bem assim do contacto que foi estabelecendo com alguns comerciantes, o período de compras no Natal não correspondeu àquilo que seriam as expectativas naturais, mas com o evoluir da situação ao longo do ano os comerciantes tinham expectativas relativamente baixas em relação a este período. Disse ainda que essa situação se manteve durante grande parte do mês de Dezembro, sendo que depois se verificou um acréscimo no consumo nos últimos dias junto ao Natal. Referiu igualmente que essa situação não se verificou somente em Oliveira do Hospital, mas também ao nível do país, esclarecendo que se verificou uma concentração das compras, naturalmente das pessoas que tinham disponibilidade para as fazer, mais próximo da véspera de Natal. Referiu também que não existem dados fidedignos uma vez que naturalmente não se tem acesso às contas e volumes de facturação dos comerciantes, embora pareça que o volume de vendas não ficou tão por baixo quanto se esperava inicialmente. Conclui sublinhando que “nós fizemos tudo aquilo que estava ao nosso alcance. Considero que a Câmara voltou a dar um sinal positivo em termos de apoio e de estímulo ao comércio local nesta fase”. Informou que o sorteio está agendado para o próximo dia 8 de Janeiro, na presença de um representante do Governo Civil do Distrito de Coimbra, caso não se venha a verificar nenhum



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

impedimento. Também informou que, no que diz respeito ao Concurso de Montras, foi feita a análise das mesmas, faltando a apreciação do representante da ACIC, especialista em vitrinismo, esclarecendo que, quando chegar esse documento, será de imediato anexada ao processo de avaliação para posteriormente se divulgarem os resultados. Disse ainda que “nós não conseguimos é colocar dinheiro no bolso dos cidadãos para poderem fazer compras. É preciso é que as pessoas entendam isso. Há dificuldades, e é lógico que os cidadãos, num período de dificuldade, reduzem o consumo e gastam, depois de suportarem os encargos obrigatórios, apenas naquilo que é essencial, nomeadamente na alimentação e na educação dos filhos. Concluiu referindo que “parece-me que, em relação às expectativas iniciais, este período não foi tão mau quanto se fazia prever. Mas isso, é um dado que apenas cada um dos comerciantes poderá revelar, fazendo o seu próprio balanço”. Fez ainda saber que a ADI vai participar novamente na BTL de Lisboa, que decorrerá de 21 a 25 de Janeiro de 2009. -----

2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA -----

-----2.2.1 – TERRENO DO PARQUE METRENDEIRO DE SR. DAS ALMAS – PONTO DE SITUAÇÃO -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou novamente o Sr. Presidente sobre qual o ponto de situação relativamente à possível aquisição de uma pequena área de terreno existente entre a estrada de acesso a Nogueira do Cravo e o Parque Merendeiro do Senhor das Almas. -----

-----O Sr. Presidente referiu que, como já explicou noutras reuniões, aguarda por mais um encontro com o proprietário do referido terreno no sentido de fazer com que este chegue a um acordo com a Câmara Municipal, pois entende que “nestas situações é preferível um mau acordo do que uma boa decisão judicial”. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida disse entender que este assunto deve ser resolvido com uma certa urgência. -----

-----2.2.2 – POSTO DE VENDA DE ARTESANATO NO SR. DAS ALMAS -----

----- O Sr. Vereador Albano Almeida questionou também o Sr. Presidente da Câmara sobre para quando é que está prevista a abertura da loja para venda de artesanato e produtos endógenos do concelho, sita no Parque Merendeiro do Senhor das Almas. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que, mesmo com a crise de emprego que se verifica, não é fácil arranjar pessoas que se encontrem disponíveis para aceitar um posto de trabalho em que tenham de trabalhar aos fins-de-semana, situação que é imposta neste caso, uma vez que faz sentido que aquele Posto de Vendas esteja aberto ao público durante aquele período, altura em que poderá haver maior promoção dos produtos expostos para venda. -----

-----2.2.3 – ESCOLA DO 1º CEB DE SR. DAS ALMAS -----

----- O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que têm vindo a ser noticiadas pela comunicação social posições diferentes, quer da Câmara, quer da população residente em Sr. das Almas, sobre a Escola do 1º CEB daquela localidade, sublinhando que era de todo conveniente que a Câmara Municipal tomasse uma posição no sentido de esclarecer a população, dado tratar-se de um assunto que está a tomar grandes dimensões. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente lembrou que a frequência do ATL não é obrigatória, esclarecendo que neste caso trata-se de uma actividade que está a ser desenvolvida pela Junta de Freguesia com quem os pais acordaram os moldes de funcionamento daquela valência. -----

-----**2.2.4 – ANFITEATRO ROMANO DE BOBADELA**-----

----- O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se ao Anfiteatro Romano de Bobadela, salientando que no seu entender dever-se-ia utilizar aquele equipamento para realizar diversas actividades de âmbito cultural, nomeadamente no espaço que foi criado, para exibição de teatro Grego/ Romano. Fez ainda saber que a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra tem um departamento próprio para a promoção e exibição desse tipo de espectáculos, sugerindo que a Câmara Municipal contacte o Prof. Ribeiro Ferreira, responsável pelo mesmo, no sentido de agendar uma visita ao Anfiteatro de Bobadela com vista á apresentação de sugestões para o efeito. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que não se pode pensar somente em desenvolver actividades culturais, lembrando que é necessário que existam públicos alvo para assistir às mesmas. Salientou ainda que “não podemos estar a disponibilizar recursos financeiros para desenvolver actividades para depois não ter público. Temos que ter em atenção sempre este aspecto que é fundamental”. Disse no entanto que a Sra. Vereadora do Pelouro irá efectuar esse contacto no sentido de fazer a experiência, sem a qual considera que não se podem obter conclusões. -----

-----**2.2.5 – TURISMO DO CONCELHO**-----

----- O Sr. Vereador Albano Almeida referiu que na sua opinião o Turismo do Concelho de Oliveira do Hospital necessita de ser relançado, salientando que “estamos no início de um novo ano, o último deste mandato e acho que o turismo deveria ser relançado neste concelho. É uma grande fonte de receita e de desenvolvimento, pelo que entendo que ainda não terão sido tomadas medidas suficientemente fortes nesse sentido”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que o Turismo não é um elemento isolado de um concelho, esclarecendo que o Turismo é uma actividade transversal a todos os concelhos, pelo que entende que “as políticas de turismo só fazem sentido se forem de âmbito intermunicipal”. Disse ainda esperar que a nova entidade com competência nesta matéria, ainda em fase de implantação, se preocupe também com estas questões. -----

-----**2.2.6 – ESTALAGEM DE PÓVOA DAS QUARTAS**-----

----- O Sr. Vereador Albano Almeida deu conta que o edifício da Estalagem de Póvoa das Quartas dado encontrar-se ao abandono, tem vindo a ser vandalizado. Referiu que é uma construção muito interessante e bem localizada, lembrando que seria de todo conveniente tomar algumas medidas no sentido de evitar a sua destruição. Questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara sobre se o executivo em permanência já alguma vez pensou na possibilidade de vir a instalar naquele edifício uma Estalagem da Juventude, ou uma Residencial Académica, como apoio aos jovens estudantes da ESTGOH. Considera que as duas hipóteses poderiam ser devidamente analisadas, pois dado a localização do edifício entende que poderiam ter um bom futuro, para além de se fazer o aproveitamento daquele espaço. -----

-----O Sr. Presidente informou que a Câmara Municipal teve conhecimento através da ENATUR, que no próximo dia 12 de Fevereiro vai ser efectuada a escritura de venda daquele espaço. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----**2.2.7 – PÓLO INDUSTRIAL DA CORDINHA**-----

----- O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se ao Pólo Industrial da Cordinha, sublinhando que, a avaliar pelo que tem verificado relativamente ao seu aproveitamento, não terá grande futuro. Referiu ainda entender que se trata de um espaço que, em termos de localização, está completamente deslocado, ou seja, afastado das melhores vias de acesso à cidade, EN 17 e futura IC6. Disse igualmente que qualquer Zona Industrial que se encontre nestas condições não terá um futuro muito promissor. -----

-----**2.2.8 – CRESCIMENTO DA CIDADE DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

----- O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se também ao crescimento da cidade de Oliveira do Hospital, salientando que “a nossa cidade só se desenvolverá, só crescerá, e só ganhará estatuto de cidade se tivermos um executivo que a consiga dotar de uma grande circular externa, que a alargue, e que lhe dê dimensão que abarque todas as suas rodovias e por sua vez sejam também substancialmente melhoradas, alargadas e requalificadas”. Referiu reconhecer que se trata de um trabalho longo. Um plano ousado que necessita de planeamento, de tempo, de insistência, de se falar, de se aparecer e dizer o que se pretende, tal como referiu a Sra. Vereadora Maria José Freixinho. Disse no entanto que, na sua opinião, é tempo de se iniciar esse trabalho, um projecto que considera ser estruturante para que se possa unir numa grande circular as zonas de Gavinhos, Coitena, Quinta do Gomes, Gramaços, Nacional 17, Almas da Rapada, Catraia, Portões de Vasconcelos e Lajeosa. Afirmou que essa é que seria a grande medida estruturante. Referiu no entanto reconhecer que não pode ser a Câmara Municipal a assumir os encargos na sua totalidade mas que, na sua opinião, pode dar início aos primeiros trabalhos e informar os responsáveis da necessidade do concelho de Oliveira do Hospital ser dotado de uma grande obra estruturante para o seu desenvolvimento. -----

----- Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu tratar-se de uma intervenção que “entra em contradição, na maioria das vezes, com as declarações produzidas pelos Senhores Vereadores da Oposição, relativamente à questão das vias de comunicação, nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento”. -----

----- O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que foi uma das propostas que apresentaram para inclusão nas Grandes Opções do Plano e Orçamento. -----

----- O Sr. Presidente referiu que “a grande circular à cidade de Oliveira do Hospital irá ser, naturalmente, o IC 6 com a sua passagem a Norte. Vai funcionar como Itinerário Complementar e como ambicionada grande circular, Espero é que realmente os políticos cumpram também com a sua palavra e que essa obra seja uma obra que venha a ser realizada o mais rápido possível. E, eu acho que também para estas situações “não é preciso aparecer para ser lembrado”, é preciso é assumir as consequências daquilo que se afirma. É preciso é que quem está no local certo dê andamento àquilo que foi dito, e foi dito de livre vontade, porque não foi forçado por ninguém”. -----

-----**2.2.9 – REUNIÃO COM PRESIDENTE DA ARS**-----

----- O Sr. Vereador Albano Almeida informou que acompanhou o Sr. Presidente da Câmara e outros elementos do executivo a uma reunião com o Sr. Presidente da Comissão Directiva da ARS, Dr. João Pedro Pimentel, dando conta de que vieram desse encontro com a garantia, dada pelo mesmo, de que tudo seria orientado no sentido de não haver redução do apoio à Saúde no Município



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de Oliveira do Hospital. Referiu que, após analisar uma conferência de imprensa dada por aquele responsável, e plasmada no Diário “As Beiras”, de 15 de Dezembro de 2008, ficou muito confuso com a profusão de siglas e unidades ligadas à saúde a jusante da ARS, afirmando desconhecer se iremos ou não beneficiar alguma coisa com isso. Referiu igualmente ter dúvidas quanto a isso, dado que, nesse jornal, além de aparecer a sigla ARS, conhecida por todos, apareciam outras tantas desconhecidas que não sabe o que irá acontecer face a esta organização, nomeadamente no que diz respeito ao concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu reconhecer que é uma situação que em nada facilita a percepção por parte do cidadão comum.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo lembrou que “toda a vida houve siglas, que por sua vez correspondem a serviços, valências, programas, unidades, etc., para servir os cidadãos”.-----

2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----

-----2.3.1 – “MAIS CENTRO” – PROGRAMA OPERACIONAL PARA A REGIÃO CENTRO – DISPONIBILIZAÇÃO DE VERBAS - CONGRATULAÇÃO -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo congratulou-se pelo facto de, finalmente, as verbas do MAIS CENTRO - Programa Operacional para a Região Centro, serem disponibilizadas para as Associações de Municípios da Região Centro, dando conta de que são 720 milhões de euros. Explicitou que cerca de 27 milhões de euros serão afectos à Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre como é que se processará a integração e o acesso de candidaturas dos Projectos do Município de Oliveira do Hospital, a este “bolo” dos 27 milhões de euros, no âmbito da CIMPIN.-----

-----O Sr. Presidente informou que o contrato já foi assinado e que, segundo informação que obteve, Oliveira do Hospital vai ter acesso a 3 milhões de euros de FEDER, o que considera ser insuficiente para as necessidades do concelho. Esclareceu ainda que tudo se processará da seguinte forma “vai ser criada uma estrutura mínima no âmbito da CIMPIN, para onde serão enviadas as candidaturas para análise e aprovação, com os mesmos critérios e rigor a que seriam sujeitas na CCDR”.-----

-----2.3.2 – BALANÇO ANUAL DAS ACTIVIDADES DAS REDES SOCIAIS MUNICIPAIS -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo deu conta de que tem tido conhecimento próprio e através da comunicação social de que, em vários municípios, se tem feito o Balanço Anual das Actividades das respectivas Redes Sociais Municipais, incluindo as intervenções feitas ao longo do ano e também as perspectivas e prioridades para o ano que agora se inicia, através das reuniões de balanço do Conselho Local de Acção Social. Referiu desconhecer se em Oliveira do Hospital foi ou não feito esse balanço dado que não lhes foi feita chegar qualquer informação sobre o assunto. Concluiu referindo que “gostaria que nos fizessem chegar o Balanço da Intervenção da Rede Social Municipal no último ano. Acho que teria toda a pertinência. Nós não conhecemos todo o trabalho que foi feito, até talvez possamos dar alguns contributos e alertar para algumas questões “chave” relativamente às actividades a desenvolver no ano de 2009, que é por todos reconhecido, um ano difícil em termos económicos e sociais”-----

-----2.3.3 – TRABALHO DESENVOLVIDO PELA CAULE – CONGRATULAÇÃO -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo congratulou-se igualmente pelo trabalho desenvolvido pela CAULE – Associação Florestal da Beira Serra, salientando que “tem criado várias zonas de intervenção florestal na região. Foi criada e aprovada mais uma em Oliveira do Hospital, a ZIF - Terra Chã, que neste momento abrange dez freguesias. Acho que é um trabalho meritório, um trabalho que está a ser feito e esperamos que surta os devidos efeitos, tanto mais que agora, os Planos de ZIF podem ser desenvolvidos através dos apoios específicos do Programa de Desenvolvimento Rural”. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente também questionou “que resultados objectivos é que nós temos dessas ZIF’s?”, referindo apenas saber que recentemente o Governo entregou uma verba avultada, quer à CAULE, quer à Associação Florestal do Concelho de Arganil, para efectuarem o abate dos pinheiros afectados pela doença do nemátodo. Referiu ainda entender que “estas estruturas foram criadas, mas falta-lhes aquilo que é essencial, ou seja, a base financeira para que possam funcionar”. -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo esclareceu que as Associações Florestais têm medidas específicas de apoio no PRODER para desenvolver o seu trabalho. -----

-----**2.3.4 – REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA LAGARES DA BEIRA/ MERUGE** -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se ainda às obras de requalificação da estrada Lagares da Beira/ Meruge, dando conta de que tem recebido algumas queixas de munícipes quanto à forma como têm decorrido os trabalhos, nomeadamente na entrada da zona Norte de Lagares, sugerindo que a Câmara Municipal, dentro do possível, sensibilize a empresa executora no sentido de melhorar a sinalização da obra, e acima de tudo, minorar os efeitos da intervenção que está a ser realizada junto da população, seja dos automobilistas, seja dos peões. Salientou que “naturalmente que nós sabemos que as obras acarretam alguns transtornos, mas acontece que, há uns meses atrás, as pessoas foram automaticamente “bombardeadas” com o pó, quando o pavimento poderia ser regado, e hoje, particularmente os peões e as pessoas que vêm dos campos agrícolas da zona de “Folha de Cima”, são sistematicamente “bombardeados” com lama. O apelo que deixava era que se sensibilizasse a empresa executora para minorar estes impactos. Creio que espalhando um pouco de *touvenant*, especialmente a seguir à entrada Norte de Lagares, era possível atenuar o lamaçal que está instalado naquela zona, e que agora irá secar com o bom tempo, e daqui a uns tempos será a onda do pó”. -----

-----O Sr. Presidente esclareceu que já falou diversas vezes com os responsáveis pela obra no sentido de resolverem a situação o mais brevemente possível por considerar que, efectivamente, a zona em causa está em muito mau estado, tendo até sugerido que fossem feitas visitas periódicas ao local, para aferir o estado desse troço e eventualmente intervir, no sentido de que sejam minimizados os problemas juntos dos utilizadores. -----

3 - ORDEM DO DIA -----

-----**3.1 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS – MEDENTIS – CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

D.S.T./Proc. 22/1

-----Requer a isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, relativo à aquisição de uma fracção autónoma, designada pela letra “I”, composta por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

escritório no 1º Andar a poente, do primeiro andar direito do prédio urbano inscrito na matriz predial respectiva da freguesia de Oliveira do Hospital sob o artigo número 2192, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital sob o número 00854/220293, sito ao Passal, na cidade de Oliveira do Hospital, destinado exclusivamente a manter-se afecto ao exercício da sua actividade de prática clínica em ambulatório e actividades de medicina dentária e odontologia, durante um período mínimo de cinco anos a contar da realização integral do investimento. -----

-----Pelos serviços foi elaborada informação em 26 de Dezembro de 2008, na qual se conclui que o pedido se encontra adequadamente instruído, para que a Câmara Municipal o remeta à Assembleia Municipal, a quem compete a autorização nos termos da Lei. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter o documento em apreço à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, conforme determina o nº 5 do artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, alterado pelo Decreto-Lei nº 108/08, de 26 de Junho.** ---

-----**3.2 - ADXTUR - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ALDEIAS DO XISTO - PROJECTO GLOBAL "REDE DAS ALDEIAS DO XISTO" - ACORDO DE PARCERIA – RATIFICAÇÃO** -----

D.A.G.F/Proc.42/15/DOC.2

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do protocolo de parceria, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, celebrado entre a ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto e o Município de Oliveira do Hospital, visando o desenvolvimento do Projecto Global “REDE DAS ALDEIAS DO XISTO”, subscrito no passado dia 17 de Dezembro de 2008. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

3.3 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----**3.3.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS** -----

D.S.T./DOC.3

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 24 de Dezembro de 2008 e 05 de Janeiro de 2009, e que constam da listagem que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

3.4 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

-----**3.4.1 - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - SERVIÇOS PRESTADOS AO MUNICÍPIO NO ANO DE 2008**-----

D.A.G.F./Proc.13/DOC.4

-----Remete para conhecimento da Câmara Municipal, as listagens descritivas, que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta, dos diversos serviços prestados por aquela associação ao Município de Oliveira do Hospital durante o ano transacto, nomeadamente no que diz respeito ao transporte de água para os depósitos das localidades, à lavagem da via pública em Oliveira do Hospital, e outros. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----3.4.2 - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO - ASSEMBLEIA-GERAL-----

D.S.T./Proc.9/74

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da presença do Sr. Vereador Paulo Rocha, em representação do Município de Oliveira do Hospital, na reunião da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, que teve lugar no passado dia 30 de Dezembro de 2008, no Auditório do Centro de Tratamento, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma, de acordo com a informação elaborada por aquele responsável em 31 de Dezembro de 2008: - -----

-----1 - Período da antes da ordem do dia: -----

-----1.1 – Aprovação da acta da reunião anterior (29-05-2008);-----

-----1.2 – Outros assuntos de interesse para a Associação:-----

-----2 – Período da ordem do dia: -----

-----2.1 – Discussão e votação do PPI e Orçamento para 2009. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e remeter o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento para 2009 à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

-----3.4.3 - CÂMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRA - NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS-----

D.A.G.F./Proc.42/DOC.5

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 09 de Dezembro de 2008, remetida pelo Presidente da Câmara Municipal de Fronteira, a enviar cópia da Petição, que decidiu apresentar à Assembleia da República, uma vez que não obteve resultados positivos nas diligências levadas a cabo junto do Governo e da Assembleia da República, solicitando a sua subscrição por parte da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, subscrever na íntegra o conteúdo do documento em apreço.**-----

-----3.4.4 - MAPA DE TRANSPORTES-----

D.A.G.F./DOC.6

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 23 de Dezembro de 2008 e 05 de Janeiro de 2009, e que constam da listagem que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

4 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----4.1 – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./DOC.7

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artigo 10º do Regulamento de Fundos de Maneio, autorizar a constituição de um Fundo de Maneio, conforme documento que se anexa e fica a fazer parte integrante desta acta, destinado a ocorrer ao pagamento de pequenas despesas correntes, na importância de 1.000,00 € (Mil euros), que ficará sob a responsabilidade da funcionária Anabela de Sousa Rodrigues. -----

-----4.2 – ADEPTOLIVA – QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2009-----

D.A.G.F

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, manter a sua quota mensal a transferir para a ADEPTOLIVA no ano de 2009, no montante de 1.000,00 € (Mil euros), a qual, em caso de necessidade, poderá ser paga por antecipação no total.-----

-----Na qualidade de Presidente de Direcção da ADEPTOLIVA, o Sr. Vereador Paulo Rocha ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto. -----

-----4.3 – ADI - AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL - QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2009-----

D.A.G.F

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, manter a sua quota mensal a transferir para a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábuia e Oliveira do Hospital no ano de 2009, no montante de 1.620,00€ (mil seiscentos e vinte euros), a qual, em caso de necessidade, poderá ser paga por antecipação no total. -----

-----Na qualidade de Presidente da Direcção da ADI, o Sr. Vereador Paulo Rocha ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto.-----

-----4.4 – ADESA - QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2009-----

D.A.G.F

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a sua quota mensal a transferir para a ADESA no ano de 2009, no montante de 3000,00 € (três mil euros). -----

-----4.5 – CIP – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL - QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2009-----

D.A.G.F

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a sua quota mensal a transferir para a Comunidade Intermunicipal do Pinhal no ano de 2009, no montante de 250,00 € (Duzentos e cinquenta euros). -----

-----4.6 – CIMPIN – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO PINHAL INTERIOR NORTE - QUOTA MENSAL PARA O ANO DE 2009-----

D.A.G.F



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, manter a sua quota mensal a transferir para a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte no ano de 2009, no montante de 100,00 € (Cemeuros). -----

5 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

5.1 – VEREADOR PAULO ROCHA-----

5.1.1 – ADI – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA BTL – BOLSA DE TURISMO DE LISBOA-----

D.A.G.F.

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença numa reunião de Direcção da ADI, visando a aprovação do Plano e Orçamento para 2009, que teve lugar no passado dia 29 de Dezembro de 2008, documentos que só trará a reunião de executivo após a reunião da Assembleia Geral. -----

-----Informou também que está ser preparada a participação da ADI na BTL 2009, acção que irá ocupar aquela entidade durante o mês de Janeiro. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

5.2 – VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES-----

5.2.1 – VIII CICLO DE TEATRO DE OUTONO – NOVEMBRO DE 2008 – ESTATÍSTICA/ ENCONTRO DOS REIS - CONVITE-----

D.A.G.F./DOC.8

-----Foi presente pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes o mapa estatístico de espectadores, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao “VIII Ciclo de Teatro de Outono”, que decorreu durante o passado mês de Novembro de 2008, na Casa da Cultura César de Oliveira. Para concluir convidou os Senhores Vereadores a estarem presentes no Encontro de Reis, que se realizará no próximo dia 10 de Janeiro, também na Casa da Cultura. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

CONCLUSÃO DA ACTA-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e vinte minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 6 DE
JANEIRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 6 de Janeiro de 2009-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 6 DE
JANEIRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**